

Introdução

No correr do século XX, o comunismo marcou vida e morte, esperanças e medos, sonhos e pesadelos, identidades e escolhas de boa parte da humanidade. Não é fácil indicar um só aspecto significativo da história mundial do século passado que não tenha relação com ele e não tenha conhecido sua influência. O comunismo foi muitas coisas ao mesmo tempo: realidade e mitologia, sistema estatal e movimento de partidos, elite fechada e política de massas, ideologia progressista e dominação imperial, projeto de sociedade justa e experimento com a humanidade, retórica pacifista e estratégia de guerra civil, utopia libertadora e sistema concentracionário, polo antagônico da ordem mundial e modernidade anticapitalista. Os comunistas foram vítimas de regimes ditatoriais e artífices de estados policiais. Protagonistas de lutas sociais e de libertação nacional, campanhas de opinião e pelos direitos de cidadania, fundaram invariavelmente regimes totalitários, opressivos e liberticidas. Seus dogmatismo, disciplina, culto aos chefes e à organização eram proverbiais, sua capacidade de adaptação a contextos sociais, políticos, culturais muito diversos não o foi menos. Os partidos comunistas se distribuíram na maior parte dos países do mundo, se bem que com modalidades, dimensões, composição social e resultados bastante alternados e variáveis. A atração ou a repulsa suscitada pelos estados, pelos partidos e pelas sociedades nascidos da experiência comunista definiram por muito tempo e por toda parte percursos individuais, orientações intelectuais, psicologias coletivas.

O comunismo exibiu formidável capacidade expansiva na primeira metade do século e sofreu declínio vertiginoso na segunda metade. Representando-se a si mesmo desde a origem como protagonista e demiurgo do mundo moderno, de um progresso histórico

racional e irreversível baseado na doutrina marxista, esvaziou-se de significado diante das tendências e características da modernidade mesma, nas instituições, no costume, nas culturas, na economia. Seu colapso na Europa, na Rússia e na Ásia Central só deixou espaço a herdeiros políticos marginais ou capazes de efetuar metamorfose democrática ou nacionalista. Sua memória está ligada a alguns dos piores crimes contra a humanidade cometidos no século passado. Sua continuidade na China e no Vietnã está assentada no regime monopartidário, o qual, porém, constitui a moldura política de um sistema econômico e social de ponta-cabeça, baseado no mercado e integrado à economia capitalista mundial. A sobrevivência de regimes mais tradicionais em Cuba e na Coreia do Norte se perpetua em isolamento sem perspectiva. Os autores que se aventuraram na tentativa de uma narrativa histórica geral tiveram de se haver com o paradoxo de vicissitudes revolucionárias que se desenvolveram em escala planetária, sem aparentemente deixar traços profundos.¹ O comunismo parece pertencer a um passado sepultado, precipitado em tempo distante de nós e de nosso mundo global.

No entanto, o impacto no desenvolvimento do mundo global talvez represente, precisamente, o autêntico legado do comunismo em nossa época. A ideia leninista da revolução mundial, a visão do imperialismo como sistema mundial, o nexos entre a sociedade de massas e a noção transnacional da política constituíram características originais e fundadoras da ideologia e da experiência comunista. O comunismo, porém, não foi só ideal internacionalista. Foi por muito tempo o fenômeno internacional por antonomásia, na cultura política, nas dimensões geopolíticas do movimento, nas estratégias e nos mitos do Estado soviético. O surgimento de um

¹ F. Furet, *Il passato di un'illusione. L'idea comunista nel XX secolo*, Milão, Mondadori, 1995; R. Service, *Comrades. A World History of Communism*, Londres, Macmillan, 2007; A. Brown, *The Rise and Fall of Communism*, Nova Iorque, HarperCollins, 2009; D. Priestland, *The Red Flag. A History of Communism*, Nova Iorque, Grove Press, 2009.

Estado revolucionário não constituía fato novo na história europeia. Eram-no, porém, seu poder transformador exercido sobre o indivíduo e sobre a sociedade, bem como sua capacidade de fazer prosélitos, organizá-los e dar vida a uma constelação de estados inspirados no modelo original. O lugar ocupado pela revolução comunista como “culminação da sociedade moderna” revelou-se central na história de boa parte do século.²

Deste modo, o comunismo gerou novas expectativas messiânicas e universais. Forneceu impulso e material para modelos de vida, identidades coletivas, “comunidades imaginadas”. Alimentou novas formas de autoritarismo e violência de massas. Aplicou um paradigma extremo da modernidade, baseado na ideia unilinear do progresso, na fé em fins últimos da história, na visão classista da sociedade, no terror, na pedagogia de massas, na engenharia social, no plano como noção ordenadora do desenvolvimento. Depois da Segunda Guerra Mundial, a expansão da URSS e do comunismo fez as estratégias de potência darem um salto de qualidade.³ Ao mesmo tempo, em certa medida, levou os países capitalistas a se dotarem de adequadas políticas de *welfare*, ao lado de sólida coesão transnacional. A combinação entre o poder da URSS, o surgimento de novos estados comunistas e a expansão do movimento deu vida a um antagonismo global contra os Estados Unidos e a Europa Ocidental, influenciando mudanças e transformações do mundo pós-colonial. A ascensão da URSS ao poder mundial e a percepção da ameaça comunista contribuíram indiretamente não só para fortalecer os laços da comunidade transatlântica. Modelos, intervenções e linguagens comunistas se entrelaçaram com a descolonização, levando a Guerra Fria para

² F. Halliday, *Revolution and World Politics. The Rise and Fall of the Sixth Great Power*, Durham, Duke University Press, 1999.

³ Sobre a perspectiva e a prática da guerra como característica dos modernos regimes revolucionários, cf. Th. Skocpol, *Social Revolutions in the Modern World*, Cambridge, Cambridge University Press, 1994, p. 281.

fora dos limites europeus e alimentando o desafio entre projetos contrapostos de desenvolvimento e modernidade.

Objeto do presente trabalho são as vicissitudes internacionais do comunismo, fundamentadas nas relações políticas, ideológicas, organizativas, simbólicas entre o Estado soviético, por uma parte, e o movimento constituído pelos partidos comunistas no poder e fora dele, por outra. Durante a maior parte do século, a noção de “comunismo internacional” foi basilar no mundo contemporâneo. De fato, os atores da época o conceberam e perceberam como sujeito fundamental da política, primeiro sob o aspecto do “partido mundial da revolução”, criado pela Revolução Russa de 1917 e identificado com o Komintern, em seguida sob o aspecto do “campo socialista”, dos estados comunistas e dos partidos comunistas de massa depois da Segunda Guerra Mundial. A noção de “comunismo internacional” remetia a um movimento político composto por partidos espalhados quase por toda parte, dotados de organização centralizada que, até a guerra, tinha base na União Soviética, e ligados fortemente a Moscou e seus aliados também no pós-guerra. Mas tal noção remetia, ao mesmo tempo, a um estado, a União Soviética, e em seguida a um sistema de estados nascidos depois da guerra na Europa e na Ásia, que reproduziam amplamente o modelo político, econômico, social gerado pela revolução bolchevique e se configuravam como mundo à parte e comunidade internacional. Nesta dupla acepção, o comunismo internacional foi realidade e mito seja para seus seguidores e protagonistas, seja para seus adversários e antagonistas.

A interação entre o Estado soviético e o movimento comunista baseou-se tanto em arquétipos culturais compartilhados e recíproca legitimação quanto em disciplina e organização. O Estado soviético desempenhou um papel constituinte como guia para a ação dos comunistas e como pilar da estrutura dicotômica do mundo, subjacente a sua cultura e sua identidade. Ele constituía um aparelho hierárquico de domínio, mobilização, transformação social e

controle policial na Rússia, estendido aos seguidores da revolução fora da URSS. Mas também representava o fulcro do qual se irradiavam motivações e escolhas decisivas para todos os comunistas. Ao mesmo tempo, se o movimento não poderia ter existido sem o Estado revolucionário, este, por sua vez, baseou parte essencial da própria autoridade nos partidos comunistas, veículos de políticas e mitos soviéticos. A identificação entre interesses da URSS e perspectivas da revolução mundial atribuía significado crucial à dimensão internacional, ainda mais para um regime despreocupado com o consenso social, mas projetado para a modernização socialista e a construção da potência. Este livro se propõe, em particular, investigar modalidades, limites e insucessos da URSS e do comunismo internacional no exercício de uma hegemonia e na busca de legitimação.⁴

Sob este aspecto, parte consistente da historiografia sobre o movimento comunista errou o alvo. De fato, a tendência de ver as origens dos partidos comunistas nas respectivas sociedades nacionais apresenta o defeito imperdoável de perder o nexo constituinte que se instaurou entre Estado revolucionário e movimento comunista. Ao contrário, tal nexo foi um elemento primário para todos os partidos comunistas, elemento que, em sua história, representaria ao mesmo tempo força e limite decisivos. O enraizamento social, o caráter mais ou menos de massa, os diversos perfis culturais assumidos pelos partidos comunistas em diferentes momentos – mais na Alemanha, na França e na Itália do que na Grã-Bretanha ou nos Estados Unidos; mais na China, na Indonésia e no Vietnã do que no Japão, na Índia ou no Irã – devem ser explicados à luz de cada realidade nacional. No entanto, não só a prática, as finanças, os

⁴ A noção de hegemonia adotada no livro não é sinônimo de domínio e preponderância de meios materiais, mas remete à capacidade de gerar legitimidade segundo a formulação da escola neogramsciana na teoria das relações internacionais. Ver R. Cox, “Gramsci, Hegemony and International Relations”, in S. Gill (ed.), *Gramsci, Historical Materialism and International Relations*, Cambridge, Cambridge University Press, 1993.

modelos organizativos, mas também as visões de mundo, a cultura política, as linguagens dos comunistas dependeram por muito tempo da relação com o partido-estado bolchevique – e por esta relação foram plasmados. Isso não significa, de modo nenhum, que seja útil reconstruir a história do comunismo em chave unidirecional e monodimensional, como frequentemente ocorreu nos modelos historiográficos mais difundidos na época da Guerra Fria e até depois de seu término. Significa que os historiadores deveriam apreender a centralidade das relações transnacionais entre Estado revolucionário e movimento, em boa parte do século passado, sem com isso reduzir o caráter multidimensional da história do comunismo.⁵ A identidade comunista jamais foi unívoca, mas não podia ser imaginada fora de um projeto global que atribuía primado à política sobre indivíduos, sociedades e nações.

A revolução mundial sonhada por Lenin não se realizou. Malgrado a radicalização ideológica e social provocada em toda parte pela Primeira Guerra Mundial, nem a Alemanha, epicentro de todas as esperanças, nem outros países da Europa conheceram revolução gêmea da bolchevique. Contrariamente às próprias expectativas, os bolcheviques se organizaram num partido-estado militarizado, venceram a guerra civil e mantiveram o poder. A Rússia revolucionária se encontrou isolada e marginalizada pelo sistema de Versailles. Contudo, o projeto de revolução mundial continuou a ser cultivado, ainda que passasse por gradual metamorfose. Através do Komintern, Estado revolucionário e movimento comunista

⁵ Um exemplo paradigmático da estéril contraposição historiográfica entre abordagem monodimensional e monocausal da história do comunismo, por uma parte, e abordagem “pluralista” e de história social, por outra, é constituído pela polémica que dividiu os historiadores franceses nos anos 1990; cf. S. Courtois e outros, *Le livre noir du communisme*, Paris, Lafont, 1997 [trad. italiana, *Il libro nero del comunismo. Crimini, terrore, repressione*, Milão, Mondadori, 1998]; *Le siècle des communismes*, Paris, Les Éditions de l’Atelier, 2000. Na realidade, vários ensaios contidos em ambos os volumes apresentam uma abordagem histórica mais refinada e menos unilateral do que a que se deduz da própria apresentação dos volumes e do debate público que se seguiu.

configuraram uma relação centralizada e hierárquica entre centro e periferia. Os partidos comunistas nasceram sob a direção política e organizativa dos bolcheviques, que forjaram sua identidade intransigente, sectária, antissocial-democrata. Stalin impôs o primado do *State-building* na URSS, provocando a diáspora de dissidentes, mas também encontrando terreno fértil. A “construção do socialismo” e a política de potência, o mito da revolução e o da modernidade anticapitalista se fundiram entre si na “revolução pelo alto” staliniana. A firme convicção dos comunistas de serem protagonistas de uma “guerra civil europeia” sustentou o terror na URSS. Sua identificação com os imperativos do Estado soviético alcançou o extremo da autoaniquilação na Alemanha de Weimar. A tarefa de defender a URSS substituiu o fracassado projeto revolucionário original, especialmente depois da ascensão de Hitler ao poder. Tanto a guinada antifascista da metade dos anos 1930 quanto o Pacto Molotov-Ribbentrop no final da década foram ditados pelo primado do Estado soviético, independentemente das consequências positivas ou negativas que tiveram para os partidos comunistas.⁶

A Segunda Guerra Mundial mudou o destino do Estado e do movimento, mas ratificou sua relação recíproca. A destruição do nazismo elevou o comunismo ao papel de antagonista epocal do capitalismo liberal. A URSS emergiu da guerra como grande potência de natureza dual – Estado entre estados e centro do socialismo mundial. O movimento comunista alcançou o ápice de sua expansão por meio da resistência antifascista na Europa e da luta anti-imperialista na Ásia. Em poucos anos, a URSS tornou-se a segunda superpotência nuclear do mundo bipolar e constituiu o epicentro de uma “revolução pelo alto” na Europa e da revolução

⁶ K. Mcdermott e J. Agnew, *The Comintern. A History of International Communism from Lenin to Stalin*, Londres, Macmillan, 1996; A. Vatlin, *Komintern: idei, reshenia, sudby*, Moscou, Rosspen, 2009; S. Wolikow, *L'Internationale communiste (1919-1943). Le Komintern ou le rêve déchu du parti mondial de la révolution*, Paris, Les Éditions de l'Atelier, 2010.

na China. Novos estados soviéticos foram implantados na Europa Centro-Oriental. Os comunistas venceram a guerra civil na China e desencadearam uma guerra na Coreia. O Estado soviético defendia um “campo socialista” estendido no espaço eurasiático até a China, submetido a um comando central e voltado para relançar o antagonismo original entre os “mundos” comunista e capitalista. Seu papel baseava-se em uma inextricável combinação entre ideologia e política de potência, destinada a durar por toda a época da Guerra Fria.⁷

A autorrepresentação monolítica do comunismo internacional foi amplamente aceita no mundo ocidental, até constituir um cânone político e analítico. Tal imagem e tal cânone se prestavam bem a delinear e difundir a ideia do antagonismo entre filosofias e alianças inconciliáveis em escala planetária.⁸ No entanto, a URSS e o movimento comunista não delineavam apenas um perfil compacto e um circuito bem integrado. Apresentavam também sérias incongruências e antinomias. O nexo entre interesses do Estado soviético e a perspectiva da revolução mundial revelou-se controverso desde os anos 1920. Os dilemas da segurança e as ambições revolucionárias não eram fáceis de harmonizar. A identificação com os interesses do Estado soviético não estava em discussão, mas sua interpretação podia variar sensivelmente. As tensões entre centro e periferia, na ordem do dia da política do Komintern, não foram canceladas nem por sua dissolução em 1943 nem pela criação de um novo organismo centralizado do comunismo internacional, o Kominform, só quatro anos depois. Logo após a guerra, o comu-

⁷ J. Haslam, *Russia's Cold War. From the October Revolution to the Fall of the Wall*, New Haven, Yale University Press, 2011; V. Zubok, *A Failed Empire. The Soviet Union in the Cold War from Stalin to Gorbachev*, Chapel Hill, University of North Carolina Press, 2007.

⁸ M. J. Selverstone, *Constructing the Monolith. The United States, Great Britain, and International Communism, 1945-1950*, Cambridge (Mass.), Harvard University Press, 2009; D. C. Engerman, *Know Your Enemy. The Rise and Fall of America's Soviet Experts*, Oxford / Nova Iorque, Oxford University Press, 2009.

nismo staliniano mostrou sua face maximamente unitária, mas as diversidades e os conflitos latentes se manifestaram precisamente no momento do triunfo. O controle de Moscou revelou-se pouco compatível seja com a ideia de “nacionalizar” os partidos comunistas, seja com o radicalismo alimentado pela luta guerrilheira. O *partner* que conjugava de modo mais estrito autonomia e intransigência, o Partido Comunista na Iugoslávia, entrou em rota de colisão com a URSS. A excomunhão pronunciada por Stalin contra Tito em junho de 1948 pareceu liquidar a questão rapidamente. Mas a ruptura assinalava que o surgimento de novos estados comunistas, mesmo representando conquista decisiva em termos de poder, também criava dramáticas contradições na estrutura, na influência e no desenvolvimento do comunismo internacional.

A Guerra Fria exacerbou o desafio da URSS e do comunismo pelo poder mundial. No entanto, o conflito bipolar de ideologia e poder apresentava sérias incógnitas exatamente para o mundo comunista e agravava suas vulnerabilidades quanto mais global se tornava.⁹ A configuração bipolar estava fortemente desequilibrada em favor do bloco ocidental, reunido em torno do poder incontrastado dos Estados Unidos, que compreendia os principais países avançados do mundo. Ademais, a hegemonia americana não se baseava simplesmente na força industrial, financeira e militar, mas em múltiplos instrumentos e recursos econômicos e culturais que sustentavam um sistema internacional multilateral. Aparentemente mais bem equipado com uma mensagem messiânica e mais capaz de mobilização ideológica do que o capitalismo liberal, o comunismo soviético, na realidade, expressava um modelo imperial muito mais tradicional, baseado em centralismo estatal, separação sistêmica e soberania territorial. Suas instituições e sua ideologia estavam marcadas pela experiência da guerra na primeira metade

⁹ O. A. Westad, “The Cold War and the International History of the Twentieth Century”, in M. P. Leffler e O. A. Westad (orgs.), *The Cambridge History of the Cold War*, v. I: *Origins*, Cambridge, Cambridge University Press, 2010, p. 1-19.

do século e pela ideia de empregar a força para reconduzir a princípio unitário o “caos” capitalista. A sovietação da Europa Centro-Oriental, voltada para instaurar um domínio absoluto e uniformizar a esfera de influência da URSS, deixou um rastro de violência e descrédito. Os limites da hegemonia da URSS e seu sistema monocrático logo emergiriam, ao lado da erosão do comunismo como modelo e sujeito da política internacional.

Depois da morte de Stalin, as tensões que explodiram no “campo socialista” comprometeram a tradição do Estado-guia e do movimento a ele fiel em menos de uma década. A demolição da figura de Stalin realizada por Khrushchev em 1956 anunciou a decadência de todos os mitos soviéticos. As rebeliões e a repressão na Europa Centro-Oriental entre 1953 e 1956, culminadas com a invasão soviética da Hungria, revelaram a instabilidade do “império externo” e a falta de legitimidade nacional dos regimes comunistas criados pelo alto. A expansão do comunismo no mundo pós-colonial pareceu contrabalançar as repercussões da desestalinização e até reequilibrar as relações de força com o Ocidente, abrindo um cenário favorável ao modelo soviético de modernização e às versões mais radicais do espírito anti-imperialista. No entanto, o edifício comunista teve os alicerces abalados pela ruptura entre as duas principais potências socialistas, a URSS e a China, no início dos anos 1960. Como sucedera com Tito, Mao Zedong também separou-se de Moscou em razão da própria autonomia e do próprio radicalismo, gerados por uma revolução suficientemente independente. Mas dessa vez a unidade comunista estava trincada. Os historiadores já fizeram reconstruções cuidadosas dos diversos motivos subjacentes ao conflito entre URSS e China, relacionando-os aos interesses estatais, à ideologia e à cultura.¹⁰ Tal conflito

¹⁰ L. M. Lüthi, *The Sino-Soviet Split. Cold War in the Communist World*, Princeton, Princeton University Press, 2008; S. Radchenko, *Two Suns in the Heavens. The Sino-Soviet Struggle for Supremacy, 1962-1967*, Stanford (Cal.) / Washington (D.C.), Stanford University Press e Wilson Center, 2009.

modificaria todo o arranjo estratégico da Guerra Fria, provocando alteração do equilíbrio de poder mundial em sentido ainda mais desfavorável à URSS.¹¹ Mas seu significado e suas consequências profundas são mais bem visualizados à luz da dissolução do comunismo internacional.

O legado da sovietação na Europa e a cisão da China com o “campo socialista” danificaram de modo grave a autoridade da URSS. O Estado soviético influenciou e forjou o surgimento de novos estados comunistas, mas seu sistema de comando e sua conduta imperial criavam mais divisão e tensão do que união e harmonia. O axioma segundo o qual revolução mundial e interesse soviético podiam se identificar foi posto em dúvida dentro do próprio movimento comunista. O fim da unidade comunista revelava a decomposição do sujeito que se proclamara antagonista do capitalismo liberal. Ele foi sinal e fator de crise crônica e mais profunda, se bem que ainda não declarada. O declínio do comunismo internacional veio à luz com o *global uprising* de 1968. De modo variado, os reformadores de Praga, os estudantes rebeldes no Ocidente, os revolucionários terceiro-mundistas puseram a nu a perda de relevância do Estado soviético e do movimento a ele ligado. Depois da invasão da Tcheco-Eslováquia, a URSS conservou por inércia um papel simbólico e político junto à maior parte dos comunistas, mas dirigia um campo de forças instáveis, centrífugas e, na maior parte, declinantes. Por outro lado, a China maoísta não foi capaz de tomar o lugar da URSS e criar um movimento alternativo no Terceiro Mundo. As mitologias e realidades revolucionárias mais vivas, a vietnamita e a cubana, eram amplamente autônomas em face das potências comunistas e, de qualquer modo, não durariam muito tempo. Não mais passíveis de composição e leitura em paradigma unitário, as crescentes diversidades nacionais, culturais e geopolíticas abriam o caminho para a fragmentação do movimento.

¹¹ Ch. Jian, *Mao's China and the Cold War*, Chapel Hill-Londres, The University of North Carolina Press, 2001.

A crise ocidental dos anos 1970, ligada ao choque petrolífero e à derrota americana no Vietnã, não criou a longo prazo substanciais vantagens políticas e ideológicas para o comunismo internacional, porque o terreno que podia sustentá-lo já desmoronara. Essa realidade ficou amplamente ocultada pela força do poder soviético, mas a corrosão das motivações políticas e ideológicas não podia ser facilmente contida. A ascensão da URSS à condição de potência global não criou nova fonte de legitimação. A distensão com o Ocidente e o expansionismo no Terceiro Mundo foram dois modos de conquistar credibilidade em termos de política de potência, mas não produziram nem séria construção de alianças nem novas formas de apoio internacional. Ao mesmo tempo, a noção de movimento comunista internacional, já evanescente e fictícia, foi sepultada pela semi-heresia do eurocomunismo. No auge da “Guerra Fria global”, a interação entre a URSS e o resto do mundo se fez cada vez mais ambígua e ineficaz.¹²

A crise do comunismo aflorou na percepção dos contemporâneos entre o fim dos anos 1970 e o início dos anos 1980. Muitos fatores, diferentes entre si, tornaram-na evidente. A eclosão de guerras entre Vietnã, Camboja e China decretou a definitiva desagregação do comunismo internacional. A própria noção de Terceiro Mundo perdeu significado junto com o sonho de revolução anti-imperialista. O surgimento de um “Vietnã soviético” no Afeganistão combinou-se com o de uma oposição anticomunista de massas na Polônia. A persistência dos estados policiais comunistas e da “cortina de ferro” na Europa pareceu cada vez mais contestada e intolerável. A estagnação e o atraso visíveis das economias e sociedades do tipo soviético estabeleceram paralelo impiedoso com a transformação pós-industrial das sociedades ocidentais e sua promessa de prosperidade e liberdade. A partir de então, a crise do comunismo esteve associada quer à noção de

¹² O. A. Westad, *The Global Cold War. Third World Interventions and the Making of Our Times*, Cambridge, Cambridge University Press, 2005.

overstretch imperial da URSS, quer ao problema da insustentabilidade de análoga transformação nas economias administradas e centralizadas dos países socialistas.¹³ Daí a crescente tendência a levar em conta não só o impacto da tardia Guerra Fria, mas também o dos processos globais deflagrados pelo Ocidente na economia e na comunicação.

Hoje a globalização nos parece fator decisivo para compreender o fim da Guerra Fria e do comunismo soviético, porque modificou o arranjo bipolar e relegou à margem o sistema fechado do “campo socialista”, tornando obsoleto seu papel antagônico.¹⁴ Mas o impacto crucial e desestabilizador da globalização, precisamente, pode ser mais bem compreendido à luz da erosão histórica da legitimação comunista. Deficit de capacidade hegemônica, imobilidade dogmática e marginalidade cultural prepararam o terreno para a crise final. O comunismo não só mudou o curso da história do século, mas foi forjado pela época das guerras mundiais. A preparação para a guerra constituiu sua estratégia de construção estatal, integração social, política internacional. Em seus elementos essenciais, a visão originária da “guerra civil internacional” entre comunismo e capitalismo permaneceu inalterada por décadas e foi elevada ao patamar de chave de compreensão universal. No entanto, o destino do movimento foi marcado precisamente por aquela peculiar identificação com a modernidade do início do século XX. O modelo de hierarquia e mobilização baseado na interação entre Estado soviético e movimento revolucionário, que dirigira a expansão do comunismo internacional entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, não sobreviveu por muito tempo ao segundo pós-guerra do século.

¹³ Para uma discussão de ambas as noções, ver S. Pons e F. Romero (orgs.), *Reinterpreting the End of the Cold War. Issues, Interpretations, Periodizations*, Londres / Nova Iorque, Frank Cass, 2005. Cf., também, Ch. Maier, *Dissolution. The Crisis of Communism and the End of East Germany*, Princeton, Princeton University Press, 1997.

¹⁴ F. Romero, *Storia della guerra fredda. L'ultimo conflitto per l'Europa*, Turim, Einaudi, 2009.

O surgimento de um centro imperial que impunha o próprio domínio sobre uma periferia de estados instalados no espaço eurasiático e na China, bem como sobre uma periferia de partidos espalhada pelo resto do mundo, contribuiu de modo decisivo para alimentar a dinâmica global da Guerra Fria. Mas aquele modelo revelou-se inapropriado para fazer face às novas formas de *State-building*, à mudança da noção de guerra na era atômica, à tendencial formação de uma comunidade socialista policêntrica, à diversificação dos recursos de poder, às características interdependentes e multipolares da ordem internacional, às diversidades nacionais, sociais e culturais. Antes ainda de constatar que a URSS e as economias do tipo soviético não eram capazes de acompanhar a economia capitalista mundial, o projeto global comunista foi comprometido pela ausência de recursos políticos e culturais adequados até para manter uma união de intenções, orientações, estratégias. Os limites da URSS e do “campo socialista” não ficaram visíveis só na comparação com as realidades avançadas do capitalismo ocidental, mas também nos lugares em que o desafio econômico podia ser sustentado e a aplicação do modelo soviético parecia digna de crédito, ou seja, no mundo pós-colonial. Contido na Europa pela hegemonia americana, o movimento comunista não conheceu fora da Europa a expansão que a Revolução Chinesa parecera prometer. Na verdade, os cenários da descolonização e do Terceiro Mundo foram decisivos para alimentar o conflito entre URSS e China. O fim da unidade comunista representou a passagem para uma crise de legitimação do comunismo, porque prejudicava sua razão de ser como sujeito antagonista da política mundial, dotado de projeto próprio de modernidade. A epifania da crise do comunismo na última década de sua trajetória nascia de gradual, mas irreparável, perda de coesão, influência e credibilidade, que remontava a uma época precedente.

Em meados dos anos 1980, a União Soviética não estava em colapso, mas sua capacidade de atração e sua relevância para a ci-

vilização mundial já ruíam. Era esse o problema central de Gorbachev. Isso explica por que sua tentativa de reforma não considerava só a rivalidade de poder com os Estados Unidos, mas reivindicava os ideais originários do comunismo.¹⁵ O projeto de pôr fim à Guerra Fria foi um modo de liberar recursos necessários às reformas internas, mas também uma tentativa de relegitimação. As revoluções de 1989 na Europa Centro-Oriental mostraram que tal tentativa era ilusória e destinada a falir, ainda que tenha sido crucial para prevenir o desfecho catastrófico. Entre as tarefas históricas desempenhadas por Gorbachev esteve a de reconhecer que a noção mesma de comunismo internacional havia muito perdera o próprio sentido. Logo em seguida, o Estado nascido da Revolução de 1917 deixou de existir. Assim desapareceu definitivamente o projeto alternativo do comunismo e se afirmou a globalização ocidental, destinada a marcar nosso tempo com sua força expansiva e suas profundas contradições.

Este livro está baseado em um conjunto muito consistente de fontes editadas nos últimos anos, provenientes de arquivos russos, chineses, da Europa Centro-Oriental e dos partidos comunistas ocidentais, que nem sempre foram cotejadas e utilizadas em toda a sua riqueza. O autor complementou tais fontes com algumas referências diretas a documentos de arquivo considerados particularmente significativos, inclusive com vistas a documentar o rastro das próprias investigações efetivadas nos últimos vinte anos nos arquivos do PCUS, do Komintern e do Kominform (Arquivo de Estado Russo para a História Política e Social, Rgaspí, Moscou; Arquivo de Estado Russo para a História Contemporânea, Rgani, Moscou), do Ministério de Relações

¹⁵ S. Kotkin, *Armageddon Averted. The Soviet Collapse 1970-2000*, Oxford / Nova Iorque, Oxford University Press, 2001.

Exteriores da URSS (Arquivo da Política Externa da Federação Russa, AVPRF, Moscou), nos arquivos e materiais de alguns dos principais partidos comunistas da Europa Centro-Oriental e da Europa Ocidental (em particular, Arquivo do Partido Comunista Italiano, APCI, Fundação Instituto Gramsci, Roma; Arquivos do Partido Comunista Francês, APCF, Fundação Gabriel Péri, Paris; Fundação Arquivos de Partidos e Organizações de Massa da DDR nos Arquivos Federais, Sapmo-DDR, Berlim) e em alguns importantes arquivos para a história do comunismo (Hoover Institution, Stanford; Fundação Gorbachev, Moscou; Fundação Feltrinelli, Milão).

Contraí dívida intelectual difícil de cancelar com inúmeros estudiosos e amigos, aos quais dirijo minha gratidão. Francesco Benvenuti, Andrea Graziosi, Jonathan Haslam, Federico Romero, Robert Service e Arne Westad leram todo o manuscrito, submetendo-o a críticas e comentários essenciais e frequentemente para mim iluminadores. Gianluca Fiocco, Francesca Gori, Andrea Romano e Carlo Spagnolo me deram conselhos importantes. Uma menção particular deve ser reservada a Francesco Piva e Beppe Vacca, incansáveis na leitura e nas sugestões. Um agradecimento particular deve ser feito a Chiara Lucrezio Monticelli. Durante as longas preparação e redação do livro, beneficiei-me de modo inestimável do diálogo e da discussão com muitos outros, em particular, Alessandro Brogi, Victoria de Grazia, Mario del Pero, Leonid Gibianskii, Roberto Gualtieri, David Holloway, Stephen Kotkin, Mark Kramer, Marc Lazar, Mark Mazower, Norman Naimark, Mikhail Narinskii, Svetozar Rajak, Anders Stephanson, Molly Tambor, Luigi Tomba, Antonio Varsori, Victor Zaslavsky e Vladislav Zubok. Tive a oportunidade de testar e discutir aspectos decisivos de meu trabalho em passagem pela Italian Academy for Advanced

Studies in America, Universidade de Columbia, Nova Iorque, em 2008; no *workshop* sobre Rússia e China dirigido por Paul Gregory na Hoover Institution, Stanford, Califórnia, em 2010; e como professor visitante do European University Institute de Florença, em 2012-2013. Toda a responsabilidade pelo conteúdo do livro cabe exclusivamente ao autor.

Roma, julho de 2013